

SIMPÓSIO AT024

DISCURSO, EDUCAÇÃO CRÍTICA E IDENTIFICAÇÕES DE GÊNERO- RAÇA-CLASSE: UM ESTUDO NO ÂMBITO DO PROJETO MULHERES INSPIRADORAS

RECHETNICOU, Amanda Oliveira
Universidade de Brasília
amanda_yea@hotmail.com

Resumo: Desde 2017, o *Programa de Ampliação da Área de Abrangência do Projeto Mulheres Inspiradoras* tem promovido a expansão do Projeto Mulheres Inspiradoras (PMI), tendo começado por 15 escolas da rede pública do Distrito Federal (DF). Em 2018, o projeto se tornou política pública, que tem como meta contemplar estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental do DF até 2021. Tal Projeto desenvolve o estudo de biografias de mulheres do mundo, do Brasil e da comunidade, bem como a leitura de obras de autoria de mulheres (negras) e a produção autoral de biografias das mulheres inspiradoras da comunidade. Neste trabalho, com base na Análise de Discurso Crítica (ADC) e em estudos (decoloniais) feministas, aponto questões da Educação em Direitos Humanos que amparam o desenvolvimento dessas ações e como isso contribui para a construção de um espaço na escola pública para o reconhecimento do potencial de agência de diferentes mulheres na mudança discursiva e social. A leitura de obras literárias de mulheres negras, sobretudo, abre espaço para que as alunas participantes do Projeto MI reflitam mais criticamente sobre suas experiências e vivências sobre gênero e raça, principalmente no que tange ao modo como identificam a si mesmas e a outras mulheres.

Palavras-chave: Discurso; Identificações; Projeto Mulheres Inspiradoras; Educação em Direitos Humanos.

Abstract: Since 2017, the Program of Expansion of the Area of Coverage of Mulheres Inspiradoras Project has promoted the expansion of Mulheres Inspiradoras Project, having started with 15 public schools of the Distrito Federal (DF). In 2018, the project became public policy, which aims to include students from the 9th year of Elementary School in DF until 2021. This Project develops the study of biographies of women in the world, in Brazil and in the community, as well as reading works by women (black women) and authoring biographies of women inspiring the community. In this work, based on Critical Discourse Analysis (CDA) and on (decolonial) feminist studies, I point out Human Rights Education issues that support the development of these actions and how this contributes to the construction of a public school space for recognition of the agency potential of different women in discursive and social change. The reading of literary works of black women, above all, opens space for the students participating in

the MI Project to reflect more critically on their experiences and experiences on gender and race, especially regarding the way they identify themselves and other women.

Keywords: Discourse; Identifications; Mulheres Inspiradoras Project; Human Rights Education.

Introdução

Desde 2017, o Programa de Ampliação da Área de Abrangência do Projeto Mulheres Inspiradoras tem promovido a expansão do Projeto Mulheres Inspiradoras (PMI) em escolas do Distrito Federal-DF. Tal Projeto consiste numa abordagem de trabalho pedagógico de leitura e escrita que se aproxima das vivências e realidade de estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e, com isso, busca contribuir para o debate e a conscientização crítica sobre relações de gênero e protagonismo estudantil.

Em 2018, o projeto se tornou política pública, que tem como meta contemplar estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental do DF até 2021. O Projeto desenvolve o estudo de biografias de mulheres do mundo, do Brasil e da comunidade, bem como a leitura de obras de autoria de mulheres (negras) e a produção autoral de biografias das mulheres inspiradoras da comunidade.

Neste trabalho, tomo como base a Análise de Discurso Crítica (ADC) e estudos (decoloniais) feministas, para apontar aspectos da Educação em Direitos Humanos que amparam o desenvolvimento dessas ações e como isso contribui para a construção de um espaço na escola pública para o reconhecimento do potencial de agência de diferentes mulheres na mudança discursiva e social. A leitura de obras literárias de mulheres negras, sobretudo, abre espaço para que as/os alunas/os participantes do Projeto MI reflitam mais criticamente sobre suas experiências sobre gênero e raça, principalmente no que tange ao modo como identificam a si mesmas/os e a outras mulheres.

1. O Projeto Mulheres Inspiradoras: breve panorama

O Projeto Mulheres Inspiradoras (PMI) foi desenvolvido pela professora e pesquisadora Gina Vieira Ponte de Albuquerque, em 2014, numa escola de

Ceilândia-DF. No Plano de Curso do Projeto, Albuquerque (2014) apresenta como objetivo geral do PMI proporcionar a possibilidade de discussão e reflexão sobre equidade de gênero, representação da mulher na mídia, cyberviolência e violência contra a mulher, a partir de práticas pedagógicas “que privilegiem a leitura, a produção de textos autorais e o protagonismo” juvenil. Para se chegar a esse objetivo, a docente promoveu o estudo da biografia de dez mulheres, dentre o Brasil e o mundo. As ações seguintes foram de leitura de obras de autoria de mulheres e, por fim, cada aluna/o teve de escolher sua mulher inspiradora e, a partir disso, empreender um processo de escrita autoral da biografia da mulher escolhida.

As sequências didáticas incluíram o estudo dos gêneros discursivos, como biografia, diário e entrevista; a realização de debates, com temas como Direitos Humanos; a apreciação de filmes; e o estudo de elementos textuais para a produção autoral. Essas ações visaram à ampliação do repertório de leitura das/os estudantes, à prática de escrita criativa e autoral no espaço da sala de aula e, sobretudo, ao reconhecimento das narrativas das mulheres de Ceilândia, de suas experiências, saberes e de suas memórias.

Nesse sentido, o Projeto buscou promover leituras com vistas ao reconhecimento de diferentes possibilidades identificacionais de mulheres e, no âmbito da escrita, desenvolver a produção de textos autorais, autônomos e criativos. Teve como foco oportunizar às/aos estudantes o reconhecimento de experiências e narrativas de vida de mulheres que “fizeram história atuando em diferentes frentes: medicina, literatura, defesa dos direitos humanos, dos direitos das mulheres vítimas de violência doméstica e dos direitos das crianças”, como afirma Albuquerque (2014) no Plano de Curso do Projeto.

2. A leitura de obras literárias de mulheres no PMI

No PMI, conforme Albuquerque desenvolveu em Ceilândia, a cada bimestre, foi realizada a leitura, ora individual, ora compartilhada, de seis obras de autoria de mulheres: *Diário de Anne Frank*; *Eu sou Malala*, de Malala Yousafzai; *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de

Jesus; *Não vou mais lavar os pratos, Espelhos, miradouros e dialética da percepção* e *Só por hoje vou deixar meu cabelo em paz*, estes três de Cristiane Sobral. A leitura foi acompanhada de debates sobre temas como direitos humanos e racismo. Além disso, as alunas produziram resenhas dos livros lidos e estudaram as especificidades de gêneros discursivos como diário, biografia, poema e conto literário.

No Programa de Ampliação, as obras distribuídas para cada escola participante foram: *Não vou mais lavar os pratos* e *Só por hoje vou deixar meu cabelo em paz*, de Cristiane Sobral; *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus; *Diário de Anne Frank*, escrito por Anne Frank e publicado por seu pai, Otto Frank; e *Malala: a menina que queria ir para a escola*, de Adriana Carranca. A partir de 2018, quando o Programa se tornou política pública, novas obras de autoria de mulheres negras foram inseridas, como *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo.

O trabalho de leitura tem como foco o diálogo entre as experiências e os saberes das/os estudantes, em sua interação com as obras literárias. Essa proposta aponta caminhos para a superação da “educação bancária” (FREIRE, 1987; HOOKS, 2013), já que foca no diálogo. Para Freire (1987, p. 147), a dialogicidade é a essência da educação como prática da liberdade, porque parte “da situação presente, existencial, concreta, refletindo o conjunto de aspirações” das estudantes, indo de encontro com um modelo educacional que tende a depositar “conteúdos que pouco ou nada tenham a ver com seus anseios, com suas dúvidas, com suas esperanças, com seus temores”.

A leitura de obras de autoria de mulheres, e chamo a atenção aqui para as obras das autoras negras – Carolina Maria de Jesus e Cristiane Sobral –, pode ser considerada uma das partes mais significativas do Projeto MI. Esta ação tem como objetivo não apenas ampliar o repertório de leitura das/os alunas/os, mas impulsionar o desenvolvimento da leitura crítica, política e consciente, de contestação aos atos performativos de gênero e raça (BUTLER, 2004) do nosso tempo, nosso lugar, do nosso momento histórico.

Em minha experiência de pesquisa no âmbito do Programa de Amplicação do PMI, tenho observado os efeitos potenciais de leitura de poemas como os de Cristiane Sobral, que trazem representações de mulheres negras dissidentes dos padrões eurocentrados e que subvertem as representações hegemônicas presentes em obras escritas por e para homens brancos. Como defende Lugones (2014), as categorias gênero, raça, etnia e sexualidade, que foram simultaneamente produzidas, são constitutivas da episteme do sistema mundo-colonial. Para fins de colonização, tais categorias, em intersecção, têm sido correlacionadas à supremacia do homem branco hétero europeu. Isso se aplica, inclusive, ao âmbito da Literatura. As obras literárias lidas na escola, desde muito tempo, são os cânones masculinos. Algumas autoras brancas aparecem entre os modernistas, enquanto as autoras negras pouco ou nenhum acesso discursivo encontram no ensino de literatura.

Assim, ações como esta contribuem, sobretudo, para que a escola, num processo de descolonizar o conhecimento, conte outras narrativas sobre as mulheres negras. No PMI, as mulheres, em especial, as mulheres negras, são reconhecidas como agentes sociais, que historicamente vêm pensando em resistências e reexistências (RIBEIRO, 2018). As alunas, portanto, podem se identificar com intelectuais que atuam ativamente nas lutas sociais, produzindo discursos contra-hegemônicos, denunciando os silenciamentos, enfrentando o racismo e sexismo e desafiando as epistemologias e identidades/identificações criadas pela modernidade-colonialidade.

3. Projeto MI, currículo e Educação em Direitos Humanos

O desenvolvimento de tal projeto pedagógico ocorreu em meio a iniciativas e discussões sobre gênero no currículo educacional, que foram acentuadas devido, em parte, ao Currículo em Movimento da Educação Básica (CMEB), que entrou em vigor no ano anterior, 2013, e ao Plano Nacional de Educação (PNE), discutido e aprovado em 2014. Como assevera Gomes (2016, p. 99), “preocupações em torno das questões de gênero, orientação

sexual e respeito à diversidade sempre estiveram presentes nas reflexões acerca de um currículo mais crítico no sistema escolar”.

Por isso, é importante notar que o Projeto MI foi criado no mesmo ano em que o Brasil sofreu um retrocesso na agenda relacionada a gênero social na educação. Conforme mostra a publicação *Igualdade de gênero na educação e liberdade de expressão*, construída em 2018, a partir do 3º ciclo do Brasil na Revisão Periódica Universal (RPU) do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), esse retrocesso se deve ao texto do Plano Nacional de Educação aprovado pelo Senado Federal, que define diretrizes e metas para a educação até 2020.

O documento substituiu a expressão “*desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual*” por “*superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na irradicação de todas as formas de discriminação*”. Essa mudança não proibiu o debate sobre gênero na escola, mas limitou a perspectiva e tem dificultado o desenvolvimento de políticas, no âmbito da educação, em favor dos direitos das mulheres, mulheres negras e população LGBTQ+. O veto e sanção à Meta 21, proposta que incluía especificamente questões sobre raça, sexualidade, gênero e sobre os povos indígenas,

dissonam não só de várias políticas públicas propostas e executadas pelo próprio governo, das pesquisas, estudos e projetos desenvolvidos nos centros de pesquisa e universidades, mas também do longo processo de mobilização dos movimentos sociais não só do Brasil como também do exterior. (GOMES, 2016, p. 98).

Nesse contexto, projetos como o PMI se fazem ainda mais relevantes, pois sua existência resiste a esses retrocessos e reafirmam a importância da inclusão da temática de gênero social no currículo e nas ações pedagógicas. E são resultantes de lutas de movimentos sociais – fundamentais nessa conjuntura – por normativas nacionais que garantissem o direito à educação para a igualdade de gênero, raça e orientação sexual, de modo alinhado à Constituição Federal de 1988, aos Parâmetros Nacionais Curriculares (PCN),

às Diretrizes Nacionais, elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação, e à Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006).

Por outro lado, também é fundamental situar o Projeto MI no contexto das iniciativas educacionais promovidas pelo CMDDB, um importante marco da educação pública no Distrito Federal. O documento foi criado a partir de uma elaboração conjunta por profissionais da Secretaria de Educação do DF e, como aponta Gonçalves Gonzalez (2017, p. 130), “traz novos paradigmas e novos discursos à luz e amplia o debate no que diz respeito aos conceitos de gênero e sexualidade”.

Ainda segundo Gonçalves Gonzalez (2017), o CMEB se situa no campo dos textos normativos que estabelecem parâmetros curriculares para a educação, assim como ocorre com os PCN. Ele é composto por oito cadernos que compõem o currículo para cada um dos ciclos da Educação Básica e um Caderno de Pressupostos Teóricos. Neste, a *Diversidade* é apresentada como um dos Eixos Transversais. A partir disso, o documento acentua o trabalho com gênero e orientação sexual, destacando os contornos políticos envolvidos nesses temas e o protagonismo dos movimentos feministas para a consolidação dessas pautas sociais.

Desse modo, o CMEB, juntamente com as abordagens dos PCN e das discussões empreendidas pelos movimentos sociais contribuíram/contribuem para o surgimento de vários projetos de letramento crítico com perspectivas voltadas para as questões de gênero social/cultural e orientação sexual. Em meio a essa conjuntura, foram desenvolvidos projetos didático-pedagógicos como o *Mulheres Inspiradoras*.

O Projeto MI, portanto, surgiu do desejo de Albuquerque (2015), como professora da rede pública de ensino, de renovar suas próprias práticas pedagógicas, tomando como base as iniciativas educacionais que ancoram o debate sobre gênero, direitos humanos e educação, como o CMDDB, e sobre leitura e escrita conforme os PCN. esse modo, tem contribuído para o desenvolvimento de uma pedagogia que incorpora experiências subjetivas, corpóreas e emocionais das mulheres que lutam.

Considerações finais

Neste trabalho, apresento uma breve discussão sobre o Projeto Mulheres Inspiradoras, desenvolvido no DF, e como suas ações pedagógicas sobretudo, apontam possibilidades de se desenvolver na escola pública um espaço de agência social crítica, frente ao debate sobre gênero e direitos humanos. Essas ações na escola contribuem significativamente para a mudança discursiva sobre gênero e raça, bem como para a construção de identificações críticas, ou seja, no modo como as/os alunas/os se identificam, interagem e lidam com suas próprias experiências.

Referências

ALBUQUERQUE, G. V. P. **Plano de Curso**: Projeto Interdisciplinar - Projeto Mulheres Inspiradoras. Ceilândia, DF, 2014.

BUTLER, J. Actos performativos e constituição de gênero: um ensaio sobre Fenomenologia e teoria feminista. In: **Gênero, cultura visual e performance**: Antologia crítica. Portugal, 2004. p. 69-87.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, Maria Carmen Aires. Agência e poderes causais: analisando o debate sobre a inclusão de ideologia de gênero e orientação sexual no plano decenal de educação – Brasil. **Polifonia**, v. 23, nº 33, p. 89-109, jan-jun., 2016.

GONÇALVES GONZALEZ, C. **Identidade de gênero no espaço escolar: possibilidades discursivas para superação da heteronormatividade**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade de Brasília: Brasília, 2017.

HOOKS, b. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LUGONES, M. Colonialidad y género. In: ESPINOSA MIÑOSO, Y.; CORREAL, D. G.; MUÑOZ, K. O. **Tejiendo de otro modo**: feminism, epistemología y apuestas descoloniales em Abya Yala. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014, p. 57-90.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.